

Projeto Justiceiras.

Números consolidados 31/03 a 24/05 – versão 7.0.

605 casos atendidos.

(São retirados casos repetidos, testes e erros que constam na planilha.)

3 AL	28 MG	62 RJ
3 AM	1 MS	5 RN
20 BA	2 MT	1 RO
12 CE	4 PA	12 RS
11 DF	1 PB	11 SC
8 ES	11 PE	3 SE
9 GO	1 PI	356 SP
8 MA	29 PR	1 TO

Estados atendidos: **23 estados e o DF.**

Atendemos todas as regiões do Brasil, com destaque para a região sudeste.

Apenas os estados do Acre, Amapá e Roraima não apareceram entre nossas atendidas.**59% dos pedidos de ajuda vieram do estado de São Paulo.****15% das atendidas consideram seus casos emergenciais.**

1. Já fizeram alguma denúncia?

309 casos Sim (51%)

293 casos Não (49%)

5 em cada 10 atendidas nunca pediram ajuda a órgãos públicos ou para o sistema de justiça.

21% buscaram ajuda apenas com familiares e amigos.

2. Onde ocorreram os fatos?

495 Residência (81%)

8 em cada 10 atendidas relata ter sofrido violência em ambientes domiciliares, em geral, em suas casas.

Em 25% dos casos, a violência se dá também por meios digitais, via contatos telefônicos ou mensagens e contatos pelo WhatsApp ou em outras redes sociais.

Em 25% dos casos, os agressores têm acesso aos celulares das atendidas.

3. Quem é o agressor?

Em 295 casos, o agressor é o companheiro/namorado/marido (49%)

Em 227 casos, o agressor é um ex companheiro/namorado/marido (37%)

42% das atendidas moram com seu agressor.

8% das atendidas mencionam sofrer violência por parte de familiares, com destaque para pais e padrastos.

Muitas atendidas relatam sofrer chantagens e ameaças ao tentarem romper os relacionamentos, o que as leva a ter medo do término.

4. Idade

Recebemos 10 casos envolvendo menores de idade e 6 casos envolvendo mulheres idosas.

A atendida mais jovem tem 15 anos e a mais velha tem 68 anos.

28 (Até 20 anos) (4%)

149 (21- 30 anos) (25%)

244 (Entre 31 – 40 anos) (40%)

115 (Entre 41-50 anos) (19%)

62 (Acima de 51 anos) (8%)

Seiss em cada dez atendidas tem entre 21 e 40 anos de idade.

52% das mulheres atendidas se autodeclararam negras. 3 mulheres atendidas se autodeclararam indígenas.

48% estão desempregadas no momento.

38% declararam não possuir nenhuma renda no momento.

4 em cada 10 atendidas possui renda inferior a um salário mínimo.

5. Tipos de violência (em menções):

236 menções a violências físicas – **(39%)** das atendidas relatam passar por violência física.

522 menções a violências psicológicas – **(86%)** das atendidas relatam passar por violências psicológicas.

169 menções a violências patrimoniais – **(28%)** das atendidas relatam passar por violências patrimoniais.

250 menções a ameaças – **(41%)** das atendidas relatam passar por ameaças.

62 menções à violência sexual – **(10%)** das atendidas relatam terem vivido situações de violência sexual.

A maior parte dos casos de violência sexual tem como agressores companheiros ou ex-companheiros das atendidas.

Indicações (Como souberam do Justiceiras)

Base: 274 casos

- 4 menções Projeto um Novo Olhar
- 4 menções ao Instituto Nelson Williams
- 5 menções Grupo Mulheres do Brasil
- 10 menções Instituto Justiça de Saia
- 13 menções convênio com a Rappi
- 51 menções Instagram
- 75 menções Facebook
- 90 menções indicação de amigos/familiares (33%)

Religião:

Base: 172 casos

- 26% católicas
- 33% evangélicas
- 14% Nenhuma
- 7% espírita/espírita/umbanda

Melhor horário para serem atendidas

Base: 274 casos

Há um indicativo de que o horário da noite é o menos propício para as conversas para mais da metade das atendidas. O mesmo se dá com a preferência pelos dias de semana, uma vez que a chance de serem interceptadas pelos agressores é menor.

Alguns achados sobre a pandemia da Covid-19

Muitas atendidas relatam problemas relacionados ao isolamento social sugerido como medida profilática por autoridades políticas e sanitárias como um agravante de conflitos domésticos, entre os quais se destacam: controle da comunicação (em geral, através do acesso à internet e/ou celular, muitas vezes quebrando o aparelho), proibição de sair de casa, companheiros que

não seguem a quarentena e colocam em risco a família, homens que dificultam ou impedem a realização de trabalhos em casa (home-office) e controle da renda familiar.

Em uma quantidade considerável de casos, os agressores são ex-companheiros com quem as atendidas dividem os cuidados com os filhos. A lentidão no sistema de justiça durante a quarentena tem atrasado divórcios e decisões sobre pensões ou partilha de guarda, algo que tem agravado a ansiedade e os conflitos.

Em outras situações, vivem em relações por medo de acessos de raiva de seus companheiros. Mais recentemente, recebemos atendidas que relatam que seus agressores tomaram posse do auxílio emergencial concedido pelo governo sem sua autorização.

Elaborado por: Beatriz Accioly Lins.

